



# RESUMO DO CONTRATO

PROCESSO ADMINISTRATIVO

SEI 0005200-20.2025.6.16.8000

CONTRATO

Nº XX/2026

PREGÃO ELETRÔNICO

Nº XXX/2026



## O que?

Serviço de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a rede do TRE e a rede mundial de computadores (Internet)

## Prazo de entrega?

Prestação de serviço de forma contínua.  
O prazo de instalação do serviço contratado é de **30 (trinta) dias corridos**, contados da assinatura do contrato.



## Onde?

Prédio Sede do TRE-PR



## Com quem falar?

Seção de Rede – SREDE



## Horário de atendimento

Das 12 h às 18 h



## Contato

Telefone: (41) 3330- 8628

ou (41) 3330-8681.

E-mail: [redes@tre-pr.jus.br](mailto:redes@tre-pr.jus.br)



## Vigência

60 meses



## Valor

R\$ .....



**CONTRATO Nº ...../2026**  
**SEI 0005200-20.2025.6.16.8000**

**MINUTA DE CONTRATO**  
**ANEXO IV**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS, que entre si fazem o  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO  
PARANÁ e a empresa**  
.....

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, demais legislações pertinentes, e em conformidade com a proposta de preços vencedora do Pregão Eletrônico nº. .... /2026, regularmente autorizada pelo ordenador de despesas, de um lado o:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, inscrito no **CNPJ** sob nº. **03.985.113/0001-81**, com sede na Rua João Parolin, nº. 224, Prado Velho, Curitiba/PR, CEP: 80.220-902, telefone: (41) 3330-8500, regularmente autorizado pelo ordenador de despesa, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Valcir Mombach, doravante denominado **CONTRATANTE**, e do outro lado a empresa:

....., inscrita no CNPJ sob nº ....., com sede na ....., nº, bairro, CEP: ....., telefone: ....., e-mail: ....., neste ato representada por ....., doravante denominada **CONTRATADA**; têm entre si justo e acertado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1** - Prestação de serviços de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a Rede de Dados do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) e a rede mundial de computadores, com fornecimento dos equipamentos necessários à execução do serviço e suporte técnico, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral.

**1.2** - A Contratação obedecerá ao estipulado neste instrumento e no Termo de Referência - Anexo I, o qual, independentemente de transcrição, faz parte integrante e complementar deste contrato.

**1.3** - De acordo com o art. 6º da Lei nº 14.133/2021, inciso XXIX, a prestação dos serviços, objeto deste contrato, será realizada sob regime de empreitada por preço global.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DA DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**2.1** - Os serviços e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência – Anexo I.

**2.2** - Local e horário de entrega: Os circuitos deverão ser instalados na sala segura do site B, localizada no Fórum Eleitoral de Curitiba, localizada na rua João Parolin, 55, Curitiba-PR, no horário das 9h às 18h, mediante prévio agendamento junto à Seção de Rede (SREDE), nos telefones (41) 3330-8628 ou (41) 3330-8681.

**2.2.1** - O objeto da contratação deverá ser instalado conforme consta no item 3.1.1 do Termo de Referência – Anexo I;

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**3.1**- Incumbe ao CONTRATANTE:

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos da proposta apresentada, do Termo de Referência, e deste instrumento contratual;

II – Decidir sobre as solicitações relacionadas à execução do contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA referentes ao objeto da contratação, inclusive as de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro;

III - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste instrumento;

IV - Informar à CONTRATADA, após a assinatura do contrato, o nome do Fiscal da Contratação, o telefone, endereço e e-mail para contato;

V - Fiscalizar a execução da contratação, bem como as obrigações assumidas pela CONTRATADA, por meio de servidor formalmente designado;

VI - Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações;

## **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

**4.1** - As obrigações e responsabilidades da CONTRATADA e as condições exigidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018, para o presente contrato estão discriminadas no Termo de Referência – Anexo I, que é parte integrante deste contrato.

**4.2** - A CONTRATADA deverá manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação até o adimplemento total da contratação.

**4.3** - A CONTRATADA deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

## **CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE**

**5.1** - Incumbe ao Contratante e à Contratada:

**5.5.1.** Em atenção aos direitos fundamentais e à dignidade da pessoa humana, as partes declaram-se cientes e comprometem-se a cumprir rigorosamente a Política de Prevenção e

Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação disposta na Resolução 351/2020 do Conselho Nacional de Justiça, que constitui parte integrante e indissociável deste instrumento.

- I. Qualquer conduta que configure assédio moral, assédio sexual ou discriminação, conforme definido na referida Política, será considerada grave infração e sujeitará o infrator às medidas cabíveis, previstas na própria Política e na legislação aplicável.
- II. A contratada deve observar a regra de não retaliação de agentes públicos e empregados (as) em razão da apresentação de denúncias, conforme disposto no artigo 10º da Resolução TRE-PR nº 946/2025.

## CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA

**6.1** - O presente contrato vigorará pelo período de **60 (sessenta) meses**, a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado, até o limite decenal, ou extinto antecipadamente, a critério do Contratante, nos termos da lei 14.133/2021.

## CLÁUSULA SÉTIMA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

**7.1 - A despesa com o presente instrumento correrá a conta do:**

Programa de Trabalho/ PTRES: .....;  
Elementos de despesa: \_\_\_\_\_.\_\_\_\_.\_\_\_\_.\_\_\_\_;  
Nota de Empenho 2026NE....., emitida em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2026;  
Categoria econômica: Custeio;  
Código SIASG: 26174

## CLÁUSULA OITAVA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

**8.1 - O CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelo período da contratação, o valor total de **R\$ .....** (.....), conforme a seguir especificado:

Item	Descrição	Período	Valor mensal	Valor total 60 meses
1	Prestação de serviços de acesso IP permanente, dedicado e exclusivo entre a Rede de Dados do TRE-PR e a rede mundial de computadores (internet), 3Gbps, com fornecimento dos equipamentos necessários à execução do serviço e suporte técnico.	60 meses	R\$ .....	R\$ .....
			Total	R\$ .....

## 8.2 - Do documento fiscal e do pagamento:

**8.2.1 -** Conforme previsto no CADERNO DE MÉTRICAS E NÍVEIS DE SERVIÇOS (item 3.1.14 do TR), ocorrerá a glosa no pagamento devido à CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, nos termos constantes deste Contrato e do Termo de Referência - Anexo I.

**8.2.2** - O pagamento a ser efetuado mensalmente em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção, na fonte, de todo e qualquer tributo, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

**8.3** - O documento de cobrança poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao Gestor do contrato do TRE/PR por e-mail, no endereço [redes@tre-pr.jus.br](mailto:redes@tre-pr.jus.br).

**8.4** - O CNPJ da CONTRATADA deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

**8.4.1** - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) Data de emissão da nota fiscal;
- c) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d) Número do contrato;
- e) indicação do nº e Valor da etapa;
- f) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

**8.5** - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do fiscal da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

**8.6** - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: **até o 5º (quinto) dia útil** do mês seguinte a prestação dos serviços.

**8.7 - Das Condições de Pagamento:** O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os **seguintes prazos**:

**8.7.1** - Prazo para **atestado da Nota Fiscal: até 10 (dez) dias úteis** a contar do **recebimento da nota fiscal** pelos gestores deste TRE/PR.

**8.7.2** - Prazo para **pagamento** da Nota Fiscal: **até 10 (dez) dias úteis** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

**8.8** - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será suspenso e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

**8.9** - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o CONTRATANTE.

**8.10** - O CONTRATANTE, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão do contrato e/ou anexo (s).

**8.11** - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**8.12 - Da correção monetária:** na eventual ocorrência de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto e tenha procedido solicitação formal, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo CONTRATANTE, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$  (onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

### **8.13 - Da regularidade fiscal:**

**8.13.1** - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do CONTRATANTE, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

**8.13.1.1** - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do CONTRATANTE, visando à regularização.

**8.13.1.1.1** - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo (s).

**8.13.2** - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

**a)** por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

**b)** por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

**c)** por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

**8.13.2.1** - As consultas de que tratam as alíneas acima serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

## **CLÁUSULA NONA: DO REAJUSTE**

**9.1** - Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ocorrido em **03/2026** (doc. SEI 0212413), nos termos do artigo 25 § 7º da Lei nº 14.133/2021.

**9.2** - Após o interregno de um ano, e **independentemente de pedido da contratada**, os preços iniciais serão reajustados anualmente, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice acumulado nos últimos doze meses do IST (Índice de Serviços de Telecomunicações), divulgado pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**10.1** - Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa, conforme especificado no Termo de Referência – Anexo I.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1** - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa,

de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

**11.2 -** Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.2.1 -** As condutas de natureza LEVE são passíveis de **ADVERTÊNCIA** e àquelas de maior gravidade aplicam-se as **MULTAS**, conforme a seguir determinado.

**a) ADVERTÊNCIA:**

	Relação de descumprimentos
<b>1</b>	Irregularidade quanto às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso.
<b>2</b>	Atraso em refazer o serviço nas condições contratadas, quando solicitado pelo TRE;
<b>3</b>	Falta de retorno às comunicações do TRE pelo responsável;
<b>4</b>	Não emitir o documento fiscal dentro do prazo;
<b>3</b>	Encaminhar nota fiscal em desacordo.

**b) MULTAS:** A sanção de multa será aplicada aos responsáveis por quaisquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, de acordo com os seguintes parâmetros:

Graduação da Sanção	Descumprimento	Dosimetria e base de incidência
MÉDIA	1. Atraso na execução dos serviços, limitado a 10 (dez) dias. Após esse prazo, será considerada infração grave, de inadimplemento parcial.	0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor total da contratação.
	2. Prestação dos serviços em desacordo com o solicitado ou recusa em refazê-los quando constatado que não atendem às características exigidas no presente instrumento.	5% (cinco por cento) sobre o valor total da contratação.

Graduação da Sanção	Descumprimento	Dosimetria e base de incidência
GRAVE	<p>3. Atrasos na execução e nas condições contratadas acima dos prazos limites determinados, ou seja, a partir do 11º (décimo primeiro) dia, caracterizando inadimplemento parcial.</p> <p>4. Não observância das normas relativas à Lei de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018, conforme Termo de Referência – Anexo I.</p>	10% (dez por cento) do valor total da contratação.
GRAVÍSSIMA	<p>5. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso na execução dos serviços, caso o gestor considere que a mora tornou inservível o cumprimento da obrigação, poderá haver aplicação de multa compensatória, além da análise quanto à possibilidade de aplicação cumulativa da sanção de impedimento.</p> <p>6. Paralisação ou abandono total da prestação dos serviços, que impliquem extinção unilateral da contratação.</p> <p>7. Inadimplemento total do objeto contratado.</p>	20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação.

**11.2.2** - Será aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

- a) inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração;
- b) inexecução total do contrato;
- c) retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado.

**11.2.3** - Será aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do § 5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos de:

- a) apresentar documentação ou declaração falsa.
- b) praticar ato fraudulento.
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- d) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12846, de 1º de agosto de 2013.

**11.3** - As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

**11.4** - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.



**11.5** - A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação

**11.6** - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

**11.7** - As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

**11.8** - A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na fatura a que vier fazer jus.

**11.8.1** - Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

**11.9** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (se houver) e poderá ser cobrada judicialmente conforme artigo 158, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

**11.10** - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

**11.11** - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**11.12** - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**11.13** - As sanções serão registradas no SICAF e publicadas no DOU, nos casos de impedimento.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**12.1** - Ficará o presente contrato extinto, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS CASOS OMISSOS**

**13.1** - Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO**

**14.1** - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR. para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

**14.2** - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente contrato, em formato digital<sup>1</sup>, para um só efeito legal.

Curitiba, ..... de ..... de 2026.

.....  
Representante Legal  
p/Contratada

**Valcir Mombach**  
Diretor-Geral - TRE/PR  
p/Contratante

---

<sup>1</sup> Excepcionalmente, poderá ser aceito outro formato.